



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 042/2022**  
**EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP**  
**(Tipo Menor Preço Por Item)**

## 1. PREÂMBULO:

1.1 O Município de Saquarema do Estado do Rio de Janeiro, através do Secretário Municipal de Saúde, o Senhor João Alberto Teixeira Oliveira, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, Tipo **Menor Preço por item**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, através do Processo Administrativo nº **17.691/2020**.

1.1.1 O PREGÃO será disciplinado por este EDITAL e seus elementos integrantes, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 1.150 de 13/12/2011, pelo Decreto Municipal nº 1.383 de 10/10/2014, pelo Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488 de 30/08/2018, pela Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 alterada pela Lei nº 147 de 07/08/2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto neste Edital e seus anexos.

1.1.2 O PREGÃO será realizado **dia 27 de junho de 2022 com início às 14:00 horas**, na sala da Comissão de Licitação, à Rua Segisfredo de Oliveira Bravo, nº 86 – Centro – Saquarema – RJ.

## 2. DO OBJETO DO PREGÃO:

2.1 Esta licitação tem por objeto **A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº **17.691/2020**.

2.2 O objeto da presente contratação é caracterizado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade do objeto licitado podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usais de mercado.

## 3. TIPO DO PREGÃO:

3.1 O presente PREGÃO PRESENCIAL tem como critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, constante no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) e seus anexos**.

## 4. COMISSÃO E EQUIPE DE APOIO:

4.1 O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO: Samuel Aranda Neto, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, composta por Jaqueline Gouveia da Silva, Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, Flávio Fernandes José da Silva, Christian Alves Ferreira, Ricardo Sodré Aguiar, Wanessa Moreth Florêncio de Souza e Caroline Santos Ramos Marinho e Sérgio Magno Bravo Monteiro nomeados através da portaria N° 859 de 17 de agosto de 2021.

## 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. A despesa decorrente do presente Pregão está estimada em **R\$ 289.278,45 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)**, que correrá por conta do PT: 16.020.10.122.0010.2.165; ND: 3.3.90.30.99; Fonte de Recurso: 1211, e PT: 16.020.10.122.0010.2.165, ND: 3.3.90.30.99, Fonte de Recurso: 1635, do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Saúde.

## 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

6.2. – Não poderão participar da presente licitação:

a) Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de Constituição. Esta restrição não trará prejuízos à competitividade do certame, tendo em vista a prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei N° 8.666/93, que em seu artigo 33 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pela alta complexidade ou relevante vulto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade; bem como atendendo ao art. 19 do Decreto Municipal n° 1383 de 10 de outubro de 2014.

b) Pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidôneas ou suspensas para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta, inclusive fundações, nos níveis Federais, Estaduais e Municipais, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

c) Pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

d) Pessoas físicas ou jurídicas que incidirem no estipulado no art. 9° da Lei Federal n° 8.666/93.

e) Não será permitida a participação de Licitante que possua em seus quadros servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Saquarema, ou qualquer vínculo com os mesmos, observando o disposto no artigo 9°, inciso III e parágrafo 3°, da Lei n° 8.666/93.

f) Pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em regime de falência ou concordata.

6.3. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

6.4. Para declarações assinadas digitalmente, as assinaturas digitais deverão conter chancela para verificação de autenticidade via sítio eletrônico ou serem apresentadas junto à mídia digital (preferencialmente em CD) com arquivo PDF de verificação de assinatura, sob pena de invalidação do documento caso não seja possível verificar a autenticidade da assinatura.

## **7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):**

7.1. Os ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

### **ENVELOPE “A” - PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**

**Rua Cel. Madureira, 77 – Centro – Saquarema – RJ**

**PROCESSO N° 17.691/2020.**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2022 – DATA 27/06/2022 ÀS 14:00 horas.**

**NOME E ENDEREÇO COMPLETOS DO LICITANTE**



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

## ENVELOPE “B” - HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

Rua Cel. Madureira, 77 – Centro – Saquarema – RJ

PROCESSO Nº 17.691/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2022 – DATA 27/06/2022 ÀS 14:00 horas.

NOME E ENDEREÇO COMPLETOS DO LICITANTE

7.2. A PROPOSTA DE PREÇOS (A) e os documentos referentes deverão ser apresentados em 1 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, datada e assinada na última folha pelo representante legal ou pelo Procurador devidamente credenciado.

7.2.1. A apresentação dos documentos integrantes do ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS (A) obedecerá também aos comandos contemplados nos itens 7 e 8 e subitens.

7.2.2. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA DE PREÇOS.

7.3. O DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor do Departamento de Licitações e Contratos, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet, preferencialmente preparados em pasta, para que não existam documentos soltos.

7.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original o Pregoeiro, por ocasião da abertura do ENVELOPE B, para a devida autenticação.

7.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem acima, o documento original a ser apresentado não deve integrar o ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.

7.3.1.2. O documento expedido via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades / validades comprovadas por parte do Pregoeiro.

7.3.1.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentado os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

7.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

## 8. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1 - A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme ANEXO V – MODELO deste Edital, obedecidas as disposições do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

8.1.1 - Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

a) Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail;

b) Especificações técnicas, marcas/modelo, quando couber, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

- b.1) Nos casos em que o objeto licitado for somente prestação de serviço, não será obrigatório a indicação da marca no campo correspondente na proposta;
- c) preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;
- d) data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;
- e) Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

8.1.2 - O preço total proposto importará na multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados para a contratação de cada item.

8.1.3 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, desde que o julgamento seja menor preço por item. Caso seja por menor valor global, importará o preço total da proposta, sob pena de invalidação da mesma;

8.1.4 – Conforme item 8.1 do Termo de Referência deste edital (ANEXO I) as licitantes deverão apresentar juntamente à sua proposta de preços documentos que comprovem à característica dos itens ofertados a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de desclassificação da proposta de preços;

8.1.5 - Será considerada desclassificada a proposta que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pelo PREGOEIRO;

8.1.6 – Sendo o critério de julgamento do Edital menor preço por lote, será julgado como menor preço o valor global de cada lote;

8.2 - O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data para início da sessão pública.

8.3 - Nos preços apresentados deverão estar incluídos todos os custos necessários para a execução do fornecimento/serviço.

8.4 - A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

## 9. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):

### 9.1 - Documentos referentes à Habilitação Jurídica:

- a) Para empresário individual: registro comercial;
- b) Para sociedades por ações: última ata de eleição de seus diretores registrada na Junta Comercial e cópia do Estatuto arquivado na Junta Comercial;
- c) Para Sociedade empresárias ou não empresárias: cópia do contrato social e última alteração contratual;
- d) Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

e) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

### 9.2 - Documentos referentes à Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais;

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;

9.2.1 – Também serão aceitas, no lugar das Certidões Negativas de Débitos, Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativas.

### 9.3 - Documentos referentes à Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade;

b) Certidão do Cartório Distribuidor indicando quantos são os cartórios, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema;

c) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração de Resultado) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, exceto nos casos de empresas ou sociedades com início das suas atividades no mesmo exercício em que ocorrer o certame licitatório que deverão apresentar balanço de abertura, podendo ser atualizados na forma prevista na legislação pertinente em vigor;

c.1) As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do exercício apresentado, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

d) Comprovação através do balanço de que possui índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Endividamento (IE), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Solvência Geral (ISG), o qual deverá ser assinado por Profissional Habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, e a Certidão Negativa de Débitos, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, sendo que somente será considerada habilitada a empresa que obtiver os seguintes resultados através das fórmulas abaixo:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

#### Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

d.1) A licitante que apresentar resultado inferior a 1 (um) para qualquer dos índices, Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC) ou Solvência Geral (ISG) será INABILITADA no presente certame licitatório.

e) Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei.

**9.3.1** - Conforme instituído no Artigo 3º do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, O MEI, ME e as EPP estão isentas de apresentar os documentos da alínea “c” do item 9.3, apenas nos certames que envolvam habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais.

#### **9.4 - Documentação relativa à regularidade trabalhista:**

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

b) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, para as licitantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a firma tem sua sede ou Declaração firmada pelo licitante em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, (**ANEXO VIII – MODELO deste Edital**), de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei.

#### 9.5 - Declarações e Documentos Complementares:

a) **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS OU SUPERVENIENTES** de habilitação, observadas as penalidades cabíveis, conforme (**ANEXO VII – MODELO**).

#### 9.6 - Documentação Técnica:

**9.6.1** - Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando experiência anterior na execução de fornecimento igual ou similar ao objeto da licitação.

#### 9.6.2 – Com relação às EMPRESAS:

a) - Certidão de Regularidade Técnica, expedida pelo Conselho de farmácia de sua jurisdição (art.55 da Resolução CFF nº 638/17), quando cabível.

**9.6.3** - No caso de **EMPRESAS PRODUTORAS**, além do documento acima mencionado, quando cabível os seguintes:

a) Autorização de funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde do Brasil, conforme os artigos 1º e 2º da Lei nº6.360/76 e o art.2º do Decreto nº 8.077/13.

b) Autorização Especial de Funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde do Brasil, quando os fabricantes oferecerem as substâncias constantes das listas do regulamento Técnico (anexo I), e de suas atualizações, ou os medicamentos que as contenham, conforme o art. 2º da Portaria SVS/MS nº 344/98.

c) Licença de Funcionamento, expedida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme os artigos 1º e 2º da Lei 6.360/76 e o art. do Decreto nº 8.077/2013.

**9.6.4** – No caso de **EMPRESAS DISTRIBUIDORAS**, além dos documentos referidos nos itens 3.1 e 3.2, 3.2.1 e 3.2.2, quando cabível, o seguinte:

a) Unidade da Federação (art.21 da Lei nº 5.991/73 e art. 14 do Decreto nº 74.170/74).

#### 9.6.4 – Com relação a **MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E OUTROS PRODUTOS:**

a) Registros dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**, em favor do fabricante em conformidade com o disposto no art.12 da Lei nº6.360/76 e na Lei nº 9.782/99.

9.7 - Os documentos relacionados nos itens 9.1, 9.2 e 9.3 poderão ser substituídos pelo CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF),



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

desde que expressamente indicados no referido cadastro, com validade em vigor na data da realização do Pregão.

9.8 - No caso de não constar do mencionado cadastro quaisquer documentos exigidos no item 9.1, 9.2 e 9.3, o licitante deverá incluí-los no envelope de HABILITAÇÃO (B).

9.9 - Se os documentos relacionados no item 9.1, 9.2 e 9.3, indicados nestes cadastros, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados documentos vigentes, no envelope de HABILITAÇÃO.

9.10 - Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

9.11 - As MEI, ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.11.3 - Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das MEI, ME e EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação pendente.

9.11.3.1 – O prazo concedido no subitem anterior, a critério do PREGOEIRO, poderá ser prorrogado por igual período

9.11.4 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, tempestivo e devidamente fundamentado, a ser dirigido ao **PREGOEIRO**.

9.11.4.1 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 1 (um) dia útil do vencimento do prazo inicialmente concedido.

9.11.5 - A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.12 - Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, exceto os documentos enumerados nas letras “a” e “b” do item 9.2, os quais não terão as validades limitadas, porém, deverão estar regulares conforme determina os órgãos expedidores.

9.13 - Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o **PREGOEIRO** examinará as ofertas subsequentes e a qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

9.14 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

9.15 - Não serão aceitos protocolos e/ou solicitações de substituições de documentos àqueles exigidos no presente Edital e seus anexos.

## 10. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:





Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

10.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado à Rua Coronel Madureira, nº 77 – Centro – Saquarema – RJ, durante o expediente normal do órgão licitante, no seguinte horário de segunda a sexta das 9:30 às 16:30 horas, ou ainda, através do Portal de Compras e Licitações através do link: <http://licitacoes.saquarema.rj.gov.br>

10.2. O EDITAL será entregue a qualquer interessado durante o período, horário e local especificados acima.

10.3. O EDITAL será publicado em conformidade com a legislação vigente.

#### **11. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:**

11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1. A pretensão referida no subitem 11.1. poderá ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 10.1.

11.1.2. Dúvidas poderão ser equacionadas pelo telefone (22) 2655-6400, Ramal 215, ou através de correio eletrônico: [licitacao@saquarema.rj.gov.br](mailto:licitacao@saquarema.rj.gov.br). Porém, somente aquelas de caráter estritamente informal.

11.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às partes interessadas.

#### **12. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

12.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

12.1.1. A petição deverá ser protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ e encaminhada ao pregoeiro.

12.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão do prazo indicado por lei, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

12.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

#### **13. DO CREDENCIAMENTO**

13.1 - No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, o proponente deverá comprovar que detém poderes para a formulação de propostas e para a prática dos atos relativos ao certame, apresentando-se junto ao PREGOEIRO munido de documento que o credencie.

13.2 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes, para análise pela Comissão de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.

13.3 - O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão munido dos seguintes documentos:

a) Cópia e original da Carteira de identidade ou de qualquer outro documento com foto, reconhecido e devidamente inscrito no Órgão a que pertencente;



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

b) Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial ou sociedade por ações, deve estar acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

b.1) No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>;

b.2) No caso de Sociedade Civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.3) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

c) Procuração pública ou particular com firma reconhecida ou **CRENCIAMENTO conforme o ANEXO II – MODELO**, exceto quando o representante a ser credenciado pelo licitante possuir poderes de representação da mesma, independente de autorização de outrem, constante dos documentos previsto no item “b”;

d) O licitante deverá apresentar a declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (ANEXO III - MODELO), será indispensável a apresentação da referida Declaração, sob pena de inaptidão para participar do certame;

e) O licitante enquadrado na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar:

e.1) Declaração de enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ANEXO IV - MODELO);

e.2) Declaração ou Documento congênere que confirme o enquadramento declarado pela empresa na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, registrada no respectivo órgão de registro público (JUCERJA);

e.3) O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar a Declaração ou Documento Congênere exigido no subitem “e.2” deste item, poderá, a critério do PREGOEIRO, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for positiva, o mesmo receberá o benefício previsto na alínea “e” deste item.

13.4 - Será realizada consulta junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual e Federal para verificação dos impedimentos.

13.5 - A ausência dos documentos arrolados no item 13.3 alíneas “a” e “c” não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

13.6 - A ausência dos documentos arrolados no item 13.3 alínea “b” e “d”, decairá o direito de participar das fases seguintes do certame e, a ausência do documento arrolado no item 13.3 alínea “e” decairá o direito do uso das prerrogativas estabelecidas na Lei Federal 123/06.

#### **14. DA SESSÃO DO PREGÃO E RECEBIMENTO DO CRENCIAMENTO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):**

14.1 - No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, munidos dos documentos constantes no item 13 e subitens.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

14.2 - O PREGOEIRO declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes os documentos pertinentes ao CREDENCIAMENTO dos participantes e os envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO.

14.3 - A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

14.4 - Encerrada a etapa de **CREDENCIAMENTO**, não serão credenciados novos licitantes. O limite de espera será tolerante em 15 minutos da hora de abertura da sessão.

14.5 - A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao PREGOEIRO designado, no local, data e horário definidos neste Edital.

14.6 - Em hipótese alguma o PREGOEIRO receberá envelopes que não estejam lacrados ou que estejam apenas grampeados, sob pena de invalidação da proposta;

14.7 - Falhas meramente formais poderão, em qualquer momento do certame, após a análise, serem sanadas pelo PREGOEIRO, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

14.8 - Em seguida, dar-se-á início à abertura dos envelopes de **PROPOSTA DE PREÇOS** para classificação.

#### **15. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A):**

15.1. - Compete o Pregoeiro proceder à abertura dos ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (A), conservando intactos os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) e sob a guarda da Comissão de Pregão / ÓRGÃO LICITANTE.

15.2 - Após abertas as propostas, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

15.3 Qualquer discordância entre a descrição contida na **PROPOSTA DE PREÇOS** e o **TERMO DE REFERÊNCIA**, nos itens, considerar-se-á a especificação contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**, sob pena de desclassificação em caso de desconformidade.

#### **16. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

16.1. O PREGOEIRO examinará as PROPOSTAS DE PREÇOS sempre levando em conta as exigências fixadas no item 7 e subitens, combinado com o item 8 e subitens.

16.2. Definidas as PROPOSTAS DE PREÇOS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, o Pregoeiro elaborará a classificação provisória das mesmas, sempre em obediência ao critério do **menor valor por item**.

#### **17. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

17.1. Será desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS que:

- a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) apresentar item(s) com preço(s) manifestamente inexequível(is), nos termos do item 19 e subitens.
- e) apresentar item(ns) com preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero;
- f) deixar de entregar a amostra, quando exigida.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

## 18. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:

18.1. Será declarada classificada, pelo Pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste Edital, bem como as propostas com preço até 10% (dez por cento) superior àquele, conforme disposto no inciso XVIII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002.

18.2. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as próximas três melhores propostas subsequentes, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002.

## 19. OFERECIMENTO / INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS:

19.1- O PREGOEIRO convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

19.2 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

19.3 - Para a classificação de propostas iniciais com preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

19.4- A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

19.5- O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas pelo **PREGOEIRO**, todos os licitantes classificados ou convidados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

19.6- Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o PREGOEIRO negociar diretamente com o proponente.

19.7- Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006.

### 19.7.1 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

19.7.1.1 - A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova **PROPOSTA DE PREÇOS** inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

19.7.1.2 - Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, ou sendo inabilitada pelo não atendimento às condições do edital, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes, cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no item 19.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

19.7.1.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

19.7.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas às condições de habilitação, em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

19.7.3 - Caso haja necessidade, o **PREGOEIRO** poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

#### 19.8 - Da Exequibilidade dos Preços:

19.8.1 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o **PREGOEIRO** examinará a aceitabilidade daquela classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

19.8.1.1 - Para fins de aceitabilidade da oferta, o **PREGOEIRO** deverá analisar o preço, em conformidade com a quantidade e a estimativa definida pela Administração, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital.

19.8.2 - Caso o **PREGOEIRO** entenda que o preço é inexequível, fica estabelecido o prazo de até 2 (dois) dias úteis, para que o licitante demonstre a exequibilidade do seu preço através de documentos comprobatórios. Se for confirmada a inexequibilidade, o **PREGOEIRO** convocará o próximo licitante melhor classificado, obedecida a ordem de classificação das ofertas até a apuração de uma que atenda as condições estabelecidas neste Edital.

19.8.3 - Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

a) Notas fiscais emitidas pela licitante com preços semelhantes; e/ou

b) contratação em andamento com preços semelhantes.

19.8.4 - O licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo **PREGOEIRO**, e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, inclusive multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta originária, sem prejuízo de outras sanções como aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, além das demais cominações legais, observadas a ampla defesa e o contraditório.

#### 20. DA HABILITAÇÃO APÓS LANCES:

20.1 - Encerrada a etapa competitiva, o **PREGOEIRO** procederá à análise da documentação constante do envelope de **HABILITAÇÃO** da(s) licitante(s) detentora(s) da(s) proposta(s) de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital em conformidade aos itens 7 e 9 e subitens.

20.2 - Verificado o atendimento à todas as condições de habilitação em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances, a empresa será declarada VENCEDORA do item e o Pregoeiro poderá convidá-lo a novas negociações. Encerradas as negociações, lhe será adjudicado o objeto pelo Pregoeiro.

20.3 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências.

#### 21. RECURSO ADMINISTRATIVO:



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

21.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

21.2 - Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.

21.3 - O encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária, e protocolado na Sede da Prefeitura Municipal de Saquarema, das 09:00 às 16:30 h, na Rua Coronel Madureira, n.º 77 – Centro – Saquarema – RJ.

21.4 - A ausência da comprovação de legitimidade para a interposição do recurso importará no desprovemento do mesmo, podendo a Administração Pública conhecer as razões recursais, mesmo diante do desprovemento.

21.5 - O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo PREGOEIRO na respectiva ata.

21.6 - Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes.

21.7 - Os recursos serão dirigidos ao PREGOEIRO, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Procuradoria Jurídica e após parecer será encaminhado à Autoridade Superior para decisão.

21.7- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

21.8 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **22. ADJUDICAÇÃO:**

22.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte, da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo o Pregoeiro adjudicar o(s) objeto(s) do certame à(s) proponentes(s) vencedora(s).

22.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

## **23. HOMOLOGAÇÃO:**

23.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.

23.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o contrato e/ou instrumento equivalente, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

## **24. CONTRATAÇÃO:**

24.1. O(s) item(ns) objeto(s) deste PREGÃO será(ão) contratado(s) com a(s) proponente(s) adjudicatária(s) e formalizado(s) por meio de contrato (s) e/ou instrumentos equivalente. Não sendo celebrado(s) com esta(s), poderá o órgão licitante convocar a(s) outra(s) proponente(s) classificada(s), para efeito de aplicação das determinações consubstanciadas no item 20 do EDITAL, observada a previsão contida no inciso XXIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

24.1.1. A(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) comparecer para assinatura do(s) contrato(s) e/ou instrumentos equivalentes no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da(s) convocação(ões) expedida(s) pela Secretaria de origem.

24.1.2. A(s) convocação(ões) referida(s) pode(m) ser formalizada(s) por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, nos termos do subitem 24.1.1.

24.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE. Não havendo decisão, a assinatura do contrato e/ou instrumento equivalente deverá ser formalizada até o 10º dia, contado da data da convocação.

24.2. Não sendo possível a consulta via Internet, e as certidões apresentadas para habilitação ou aquelas integrantes do cadastro estiverem vencidas, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) será(ão) devidamente notificada(s) para, até a data da celebração do(s) contrato(s), comprovar(em) a(s) exigência(s) referida(s).

24.3. A recusa injustificada de assinar o contrato ou aceitar / retirar o instrumento equivalente, observado o prazo estabelecido, bem como deixar de apresentar situação regular na forma dos subitens caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item 28 e subitens.

## **25. ENTREGA / RECEBIMENTO DO(S) ITEM(NS) E/OU SERVIÇOS OBJETO(S) DO PREGÃO:**

25.1. O(s) fornecimento(s) e/ou serviços objeto(s) deste PREGÃO será(ão) executados (s) em perfeita(s) condição(ões), nos exatos termos da contratação levada a efeito, sem qualquer despesa adicional, em até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de início de fornecimento/execução pela secretaria requisitante.

25.2. Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar sua complementação no prazo que será estipulado, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE; sob pena de incidência nas sanções capituladas no item 28 e subitens deste EDITAL.

25.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da(s) proponente(s) adjudicatária(s), nos termos das prescrições legais.

25.4. O objeto será recebido na forma do art. 73, e seguintes da Lei Federal 8.666/93.

## **26. CONDIÇÕES, DATA E LOCAIS DE EXECUÇÃO:**

26.1. O(s) fornecimento(s) e/ou serviços(s) objeto(s) deste PREGÃO será(ão) executado(s) nos exatos termos do termo de referência (anexo I) deste edital.

26.2. Em caso de irregularidades na execução do serviço e/ou fornecimento ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento deverá ser contado à partir da correspondente regularização.

## **27. PAGAMENTO:**

27.1. O pagamento será efetuado por intermédio da Tesouraria do Município, à vista da nota fiscal apresentada quando da execução do objeto, devidamente atestada, até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do(s) mesmo(s), sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade.

27.1.1. Em caso de irregularidade(s) no(s) item(s) do(s) objeto(s) executado(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

27.1.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

27.1.3. O valor do pagamento eventualmente efetuado com atraso sofrerá a incidência de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pró rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança e a data do efetivo pagamento.

27.1.4. O valor do pagamento eventualmente antecipado será descontado pela aplicação da taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado "pró rata die" entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança.

## **28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

28.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

28.2. A aplicação da penalidade indicada não impossibilitará a incidência das demais combinações legais contempladas na Lei nº 8.666/93.

28.3. Independentemente da aplicação da(s) penalidade(s) retro indicada(s), a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

28.4. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados a defesa prévia e o contraditório.

28.5. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor total do contrato, por um período máximo de 30 (trinta) dias úteis;

28.5.1. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado na alínea anterior;

## **29. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

29.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do futuro contrato.

29.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão.

29.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida com comunicação prévia do Pregoeiro.

29.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

29.6. A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.





Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

29.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

29.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

29.9. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, registrados em contrato, salvo a supressão resultante de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

29.10. A adjudicação do(s) item (ns) e/ou serviços objeto(s) deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.

29.11. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) proponente(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

29.12. O(s) envelope(s) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO daquela(s) proponente(s) não vencedora(s) do PREGÃO deverá ser retirado no endereço apontado no subitem 10.1, depois de celebrado o contrato.

29.13. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo Pregoeiro, com base na legislação específica, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

29.14. O edital e seus anexos serão entregues por meio magnético, ao interessado que vier retirar presencialmente o edital.

29.15. Serão competentes o foro da Comarca de Saquarema, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas deste PREGÃO.

29.16. Fazem parte integrante deste Edital:

**Anexo I - Termo de Referência;**

**Anexo II - Modelo de Credenciamento;**

**Anexo III - Modelo de Declaração que o proponente cumpre os requisitos de habilitação;**

**Anexo IV - Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;**

**Anexo V - Proposta de Preços;**

**Anexo VI - Preços máximo sugerido pela Administração;**

**Anexo VII - Modelo de Declaração de inexistência de impedimento de licitar ou contratar com a Administração e inexistência de fatos supervenientes;**

**Anexo VIII - Modelo de Declaração nos termos da Lei Federal nº 9854/99;**

**Anexo IX - Modelo de Minuta de Contrato.**

**Anexo X - Autorização para Execução Dos Serviços e/ou Fornecimentos (Modelo);**

**Anexo XI - Declaração de Aceitação de Todas as Condições do Edital (Modelo);**

Município de Saquarema, 01 de junho de 2022.

**João Alberto Teixeira Oliveira**  
Secretário Municipal de Saúde



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 – APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema apresenta através deste projeto a aquisição de materiais de consumo para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.

#### 2 – OBJETO

Aquisição de materiais de consumo para atender as necessidades das Unidades de Saúde, conforme condições e quantidades estimativas, estabelecidas no Termo de Referência e Memória de Cálculo, deste processo administrativo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL MÊS	TOTAL ANO
1	ÁLCOOL GEL 70%: ÁLCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - GEL - LITRO	LITRO	52	624
2	ÁLCOOL GEL 70%: ÁLCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - GEL - 500ML	FRASCO	307	3684
3	ÁLCOOL LÍQUIDO 70%: ÁLCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - LÍQUIDO - LITRO	LITRO	117	1404
4	COPO DESCARTÁVEL 200ML: MATERIAL POLIPROPILENO - CAPACIDADE 200ML - APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES - ATÓXICO - BRANCO - NBR 14.865	PACOTE C/ 100	102	1224
5	COPO DESCARTÁVEL 50ML: MATERIAL POLIPROPILENO - CAPACIDADE 50ML - APLICAÇÃO CAFÉ - ATÓXICO - BRANCO - NBR 14.865	PACOTE C/ 100	57	684
6	LIXEIRA 15L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA.	UNID.		89
7	LIXEIRA 25L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA.	UNID.		8
8	LIXEIRA 30L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA.	UNID.		39
9	LIXEIRA 60L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA.	UNID.		21
10	LIXEIRA 100L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA.	UNID.		24
11	DISPENSER HIGIENIZADOR PARA SABONETE LÍQUIDO: MATERIAL PLÁSTICO ABS - CAPACIDADE 800ML - TIPO FIXAÇÃO PAREDE - COR BRANCA - APLICAÇÃO MÃOS - VISOR FRONTAL - PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO.	UNID.		75
12	SABONETE LÍQUIDO PARA DISPENSER: ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO CREMOSO PERFUMADO - PH NEUTRO - APLICAÇÃO ASSEPSIA DAS MÃOS - REFIL 800ML PARA DISPENSER - COMPOSIÇÃO GLICERINA - AROMA LAVANDA.	BOLSA	138	1.656
13	DISPENSER HIGIENIZADOR PARA ÁLCOOL GEL: MATERIAL PLÁSTICO ABS - CAPACIDADE 800ML - TIPO FIXAÇÃO PAREDE - COR BRANCA - APLICAÇÃO MÃOS - VISOR FRONTAL - PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO.	UNID.		135
14	ÁLCOOL GEL PARA DISPENSER: ÁLCOOL ETÍLICO 70% - GEL - HIDRATADO - REFIL 800ML PARA DISPENSER	BOLSA	198	2.376
15	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA: PARA PAPEL TOALHA 2 DOBRAS - 20 X 21CM - INTERFOLHADA.	UNID.		81
16	TOALHA DE PAPEL PARA DISPENSER: 100% CELULOSE - TIPO FOLHA 2 DOBRAS - 20 X 21CM - INTERFOLHADA.	PACOTE C/ 1000	133	1596
17	BORRIFADOR DE ÁLCOOL: PULVERIZADOR/BORRIFADOR PLÁSTICO - TIPO SPRAY - BICO BORRIFADOR COM REGULAGEM - USO PROFISSIONAL OU DOMÉSTICO - 500ML.	UNID.		106
18	DISPENSER COLETOR PARA COPO DESCARTÁVEL 200ML: COLETOR LIXEIRA DE COPO DESCARTÁVEL - PVC - DISPENSER ÁGUA - 200ML.	UNID.		34
19	DISPENSER COLETOR PARA COPO DESCARTÁVEL 50ML: COLETOR LIXEIRA DE COPO DESCARTÁVEL - PVC - DISPENSER CAFÉ - 50ML.	UNID.		27
20	DISPENSER PARA COPO 200ML: DISPENSER POUPADOR DE COPOS - CAPACIDADE 100 COPOS - COM ALAVANCA QUE PERMITE A SAÍDA DE UM COPO POR VEZ.	UNID.		37
21	DISPENSER PARA COPO 50ML: DISPENSER POUPADOR DE COPOS - CAPACIDADE 100 COPOS - COM ALAVANCA QUE PERMITE A SAÍDA DE UM COPO POR VEZ.	UNID.		30
22	BALDE DE PLÁSTICO: COM ALÇA, CESTO E MOLDURA - CABO TELESCÓPICO COM BASE, CABO INFERIOR E SUPERIOR - REFIL DE MICROFIBRA - CAPACIDADE EM USO 4L - TOTAL 8L.	UNID.		26



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

- Todos os registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, deverá estar de acordo com os requisitos constantes da Lei 6.360/76, nos termos do Art. 30, IV da Lei 8.666/93.

## 2.1 – ÁREA DE ATUAÇÃO

Todas as Unidades de Saúde do município que não estão sob a gerência da Organização social, que necessitam desses materiais para continuar com os atendimentos à população, que necessita dos diversos tratamentos disponibilizados na Rede Pública de Saúde.

- LAR DOS IDOSOS
- ALMOXARIFADO/PATRIMÔNIO
- REQUISIÇÕES JUDICIAIS
- COMISSÃO E AVALIAÇÃO
- TRANSPORTES DA SAÚDE
- REGULAÇÃO
- SECRETARIA DE SAÚDE
- CLÍNICA VETERINÁRIA
- CMR
- CAMIS
- LABORATÓRIO
- VA E VISA
- IST
- PROMOÇÃO DA SAÚDE
- PMCD
- TABAGISMO
- PNI
- COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
- VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
- HANSENÍASE E TUBERCULOSE

## 2.2 – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O critério para aceitação do objeto deverá estar de acordo com os Art. 73 e 74 da Lei 8.666/93;

## 2.3 – CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta licitação adequa-se na categoria de bens e serviços comuns, que trata a Lei Federal nº 10.520/2002, por possuírem padrões e características gerais específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação tange a imparcialidade entre os licitantes, selecionando a proposta mais vantajosa para a administração, garantindo a boa qualidade dos produtos a custo mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos fastos governamentais.

A fim de evitar impugnações ao edital e diante das especificações para a aquisição de materiais, solicitamos observar a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 – que “dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as /drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá Providências”, para cumprimento aos requisitos técnicos necessários a serem exigidos aos licitantes, em consonância com as normas as quais o município esteja subordinado, a fim de atendimento ao que dispõe o art. 30, IV da Lei nº 8.666/93. Essa Lei 6.360/76, abrange a regulamentação de todas as etapas de manipulação de produtos sujeitos à vigilância Sanitária: o registro desses produtos. Autorização das empresas



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

e do licenciamento dos estabelecimentos; responsabilidade técnica; rotulagem; publicidade; embalagens; meios de transporte; infrações; penalidades; fiscalização e controle de qualidade dos materiais.

### 3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 3.1 – Com relação às EMPRESAS:

3.1.1 Certidão de Regularidade Técnica, expedida pelo Conselho de farmácia de sua jurisdição (art.55 da Resolução CFF nº 638/17), quando cabível.

**3.2** No caso de **EMPRESAS PRODUTORAS**, além do documento acima mencionado, quando cabível os seguintes:

**3.2.1** Autorização de funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde do Brasil, conforme os artigos 1º e 2º da Lei nº6.360/76 e o art.2º do Decreto nº 8.077/13.

**3.2.2** Autorização Especial de Funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde do Brasil, quando os fabricantes oferecerem as substâncias constantes das listas do regulamento Técnico (anexo I), e de suas atualizações, ou os medicamentos que as contenham, conforme o art. 2º da Portaria SVS/MS nº 344/98.

**3.2.3** Licença de Funcionamento, expedida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme os artigos 1º e 2º da Lei 6.360/76 e o art. do Decreto nº 8.077/2013.

**3.3** – No caso de **EMPRESAS DISTRIBUIDORAS**, além dos documentos referidos nos itens 3.1 e 3.2, 3.2.1 e 3.2.2, quando cabível, o seguinte:

3.3.1 Unidade da Federação (art.21 da Lei nº 5.991/73 e art. 14 do Decreto nº 74.170/74).

**3.4** – Com relação a **MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E OUTROS PRODUTOS:**

b) Registros dos produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**, em favor do fabricante em conformidade com o disposto no art.12 da Lei nº6.360/76 e na Lei nº 9.782/99.

### 4 – JUSTIFICATIVA

A aquisição desses materiais é de extrema importância, tendo em vista a necessidade de manter os cuidados seguindo as orientações de saúde para evitarmos a contaminação de doenças, garantindo a higiene, proteção e a segurança dos profissionais e da população que necessita de atendimento nas Unidades de Saúde de Saquarema.

Do exposto, este gestor considera oportuna a abertura de procedimento licitatório para cobertura de despesas relativas à aquisição de materiais de consumo para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Saquarema.

A continuidade no enfrentamento da Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus, que vem causando a preocupação de todos, tornando necessária a mobilização da Secretaria Municipal de Saúde. Redobrando a atenção com a segurança, higiene e a proteção de todos os usuários da Rede Municipal de Saúde e seus profissionais.

Esses materiais serão distribuídos entre as Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que não estão sob a gerência da Organização Social.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

## 5 – OBJETIVOS

- Garantir aos pacientes e profissionais higiene, segurança e proteção durante os atendimentos prestados;
- Combater a disseminação de doenças;
- Continuidade no enfrentamento da Covid-19;
- Promover a melhoria das condições de vida e saúde;
- Contribuir para a redução de infecções e disseminação de doenças;
- Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde nestas Unidades de Saúde;

## 6 – METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste processo baseia-se na avaliação das propostas de preços apresentadas pelas empresas, ou seja, menor preço por item.

## 7 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O prazo para execução será de 90 (noventa) dias. Todo o material deverá ser entregue em sua totalidade e definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias após a solicitação de entrega. A empresa deverá estar rigorosamente de acordo com as normas legais, com produtos no prazo de validade e embalagens devidamente lacradas. Caso contrário a empresa ficará responsável pela troca imediata do material.

O material que apresentar alteração na qualidade será devolvido para substituição.

O pagamento será efetuado à vista das notas fiscais apresentadas quando a prestação do serviço, devidamente atestada, até o trigésimo dia subsequente ao recebimento definitivo dos mesmos.

Os materiais deverão ser entregues, em sua totalidade, no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Avenida Saquarema, nº 4.990, Bacaxá - Saquarema-RJ (em frente a agência do Banco do Brasil), endereço eletrônico: [almoxarifadosaquarema@hotmail.com](mailto:almoxarifadosaquarema@hotmail.com).

As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega dos materiais é de total responsabilidade da contratada.

A execução deverá respeitar o Art. 6º, VI “a”, “b”, “d” e “e” da Lei 8.666/93.

***O critério utilizado baseia-se na avaliação das propostas de preços, menor preço por item.***

**Em caso de irregularidade do material ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento deverá ser contado a partir da correspondente regularização. Verificada a não conformidade do material, o prestador deverá promover às correções necessárias no prazo de 24 horas.**

## 8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de 2022, cujo programas de trabalho e elementos de despesas específicas deverão constar da respectiva Nota de Empenho.

A dotação orçamentária está prevista no Programa de Trabalho discriminadas abaixo:



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

PROGRAMA DE TRABALHO: 16.020.10.122.0010.2.165  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99.00.00  
FONTE DE RECURSO: 1211 - IMP/TRANSF - DESTINADO À SAÚDE  
FICHA: 1281

PROGRAMA DE TRABALHO: 16.020.10.122.0010.2.165  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.99.00.00  
FONTE DE RECURSO: 1635 - ROYALTES VINCULADOS À SAÚDE  
FICHA: 2141

## 9 – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATANTE, afora outras, não previstas neste Termo e que por Lei lhe couberem:

- a) Receber os materiais entregues de acordo com as especificações constantes no item 2 (dois) deste Termo;
- b) Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- c) Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no contrato.
- d) Empenhar, para cumprimento do Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento.

## 10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Responder civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou terceiros, devendo entregar os objetos do CONTRATO de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente;
- b) Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto do CONTRATO, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão de obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença;
- c) Manter durante toda vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Entregar os materiais de acordo com o especificado neste Termo de Referência sob pena das sanções previstas em Lei;
- e) Entregar os materiais no prazo de 30 (trinta) dias após a ordem de fornecimento.

## 11 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE GARANTIA

Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de Início de Fornecimento.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

O prazo e a garantia dos objetos deverão estar de acordo com a Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990-CDC.

Os materiais deverão apresentar prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses.

## 12 - VALOR DO OBJETO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

O valor do objeto assim como a modalidade de licitação será de acordo com o Art. 23 e 24 da lei 8.666/1993, observando o Decreto Federal 9.412/2018 publicado em 19 de junho de 2018.

## 13 - FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

O fiscal do contrato será designado pela Secretaria, devidamente publicado, conforme art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93:

- a) Será designado 01 (um) servidor para acompanhamento, fiscalização, validação e aprovação da execução contratual;
- b) Orientar, acompanhar e fiscalizar a entrega do material pela contratada por intermédio de servidores designados para atuarem como fiscais do contrato que serão responsáveis por comunicações, notificações solicitações, requisições e demais atos relativos à execução do contrato, bem como pelo registro das ocorrências da relação contratual;
- c) Verificar a execução contratual e atestar a nota fiscal.

## 14 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

## 15 - SANÇÕES CONTRATUAIS

O não cumprimento das disposições deste Termo de Referência e seus anexos implicará sanções descritas no contrato deste processo além da aplicação de multas.

**15.1-** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**15.2-** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**15.3-** As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

a) - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Saquarema, 20 de janeiro de 2022.

Elaborado por: Marcelo Azeredo Mendonça  
Matrícula: 960.250

*João Alberto Teixeira Oliveira*  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Ordenador de Despesa do Fundo Municipal de Saúde**  
**Portaria nº 336 de 27/05/2020 - Mat.: 80.101-3.**





Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

## ANEXO II

### (COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 17.691/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2022

### CRENCIAMENTO

Por este instrumento particular, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... representada neste ato por seu(s) qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da cédula de identidade RG nº ..... e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao Pregão Presencial nº 042/2022, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do convite inclusive apresentar, os envelopes e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) PROPOSTA DE PREÇOS (A) em nome da Outorgante, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo presidente, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Saquarema, \*\* de \*\*\*\*\* 2022

Assinatura/Carimbo Sócio Administrador

**OBS.:** O Credenciamento deverá ser apresentado junto com a documentação de credenciamento, **fora dos envelopes**, apresentada em **papel timbrado da licitante** e estar assinado pelo sócio administrador da empresa.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

ANEXO III

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

PROCESSO: 17.691/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2022

....., inscrita no CNPJ nº.....  
, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declara que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial nº 042/2022. Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

.....  
(data)

.....  
(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

**OBS.:** Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, **fora dos envelopes**. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em **papel timbrado da licitante** e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

ANEXO IV

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO: 17.691/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2022

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_, vem por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n° \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que é \_\_\_\_\_ (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4° do art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Saquarema, \*\* de \*\*\*\* de 2022

(Assinatura)

(Carimbo CNPJ)

**OBS.:** Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, **fora dos envelopes**. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em **papel timbrado da licitante** e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

**ANEXO V**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)**

PROCESSO: 17.691/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2022

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº 17.691/2020. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, 60 (sessenta) dias, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

ITEM	Descrição	UNIDADE	QNT	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ÁLCOOL GEL 70%: ALCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - GEL - LITRO	LITRO	624			
2	ÁLCOOL GEL 70%: ALCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - GEL - 500ML	FRASCO	3.684			
3	ÁLCOOL LIQUIDO 70%: ALCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - LIQUIDO - LITRO	LITRO	1.404			
4	COPO DESCARTÁVEL 200ML: MATERIAL POLIPROPILENO - CAPACIDADE 200ML - APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES - ATÓXICO - BRANCO - NBR 14.865	PACOTE C/ 100	1224			
5	COPO DESCARTÁVEL 50ML: MATERIAL POLIPROPILENO - CAPACIDADE 50ML - APLICAÇÃO CAFÉ - ATÓXICO - BRANCO - NBR 14.865	PACOTE C/ 100	684			
6	LIXEIRA 15L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	89			
7	LIXEIRA 25L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	8			
8	LIXEIRA 30L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	39			
9	LIXEIRA 60L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	21			
10	LIXEIRA 100L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	24			



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

11	DISPENSER HIGIENIZADOR PARA SABONETE LÍQUIDO: MATERIAL PLÁSTICO ABS - CAPACIDADE 800ML - TIPO FIXAÇÃO PAREDE - COR BRANCA - APLICAÇÃO MÃOS - VISOR FRONTAL - PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	UNID.	75			
12	SABONETE LÍQUIDO PARA DISPENSER: ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO CREMOSO PERFUMADO - PH NEUTRO - APLICAÇÃO ASSEPSIA DAS MÃOS - REFIL 800ML PARA DISPENSER - COMPOSIÇÃO GLICERINA - AROMA LAVANDA	BOLSA	1.656			
13	DISPENSER HIGIENIZADOR PARA ÁLCOOL GEL: MATERIAL PLÁSTICO ABS - CAPACIDADE 800ML - TIPO FIXAÇÃO PAREDE - COR BRANCA - APLICAÇÃO MÃOS - VISOR FRONTAL - PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	UNID.	135			
14	ÁLCOOL GEL PARA DISPENSER: ÁLCOOL ETÍLICO 70% - GEL - HIDRATADO - REFIL 800ML PARA DISPENSER	BOLSA	2.376			
15	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA: PARA PAPEL TOALHA 2 DOBRAS - 20 X 21CM - INTERFOLHADA	UNID.	81			
16	TOALHA DE PAPEL PARA DISPENSER: 100% CELULOSE - TIPO FOLHA 2 DOBRAS - 20 X 21CM - INTERFOLHADA	PACOTE C/ 1000	1.596			
17	BORRIFADOR DE ÁLCOOL: PULVERIZADOR/BORRIFADOR PLÁSTICO - TIPO SPRAY - BICO BORRIFADOR COM REGULAGEM - USO PROFISSIONAL OU DOMÉSTICO - 500ML	UNID.	106			
18	DISPENSER COLETOR PARA COPO DESCARTÁVEL 200 ML: COLETOR LIXEIRA DE COPO DESCARTÁVEL - PVC - DISPENSER ÁGUA - 200ML	UNID.	34			
19	DISPENSER COLETOR PARA COPO DESCARTÁVEL 50 ML: COLETOR LIXEIRA DE COPO DESCARTÁVEL - PVC - DISPENSER CAFÉ - 50ML	UNID.	27			
20	DISPENSER PARA COPO 200 ML: DISPENSER POUPADOR DE COPOS - CAPACIDADE 100 COPOS - COM ALAVANCA QUE PERMITE A SAÍDA DE UM COPO POR VEZ	UNID.	37			
21	DISPENSER PARA COPO 50 ML: DISPENSER POUPADOR DE COPOS - CAPACIDADE 100 COPOS - COM ALAVANCA QUE PERMITE A SAÍDA DE UM COPO POR VEZ	UNID.	30			
22	BALDE DE PLÁSTICO: COM ALÇA, CESTO E MOLDURA - COPO TELESCÓPICO COM BASE, CABO INFERIOR E SUPERIOR - REFIL DE MICROFIBRA - CAPACIDADE EM USO 4L - TOTAL 8L	UNID.	26			

Valor total da proposta é de R\$ \*\*\*\*,\*\*\*,\*\* (\*\*\*\*\*)

Razão Social:

CNPJ:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

ANEXO VI

**PREÇO MÁXIMO SUGERIDO PELA ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	Descrição	UNIDADE	QNT	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ÁLCOOL GEL 70%: ALCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - GEL - LITRO	LITRO	624		R\$ 23,52	R\$ 14.676,48
2	ÁLCOOL GEL 70%: ALCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - GEL - 500ML	FRASCO	3.684		R\$ 8,55	R\$ 31.498,20
3	ÁLCOOL LIQUIDO 70%: ALCOOL ETÍLICO - HIDRATADO - 70% - LIQUIDO - LITRO	LITRO	1.404		R\$ 12,50	R\$ 17.550,00
4	COPO DESCARTÁVEL 200ML: MATERIAL POLIPROPILENO - CAPACIDADE 200ML - APLICAÇÃO LÍQUIDOS FRIOS E QUENTES - ATÓXICO - BRANCO - NBR 14.865	PACOTE C/ 100	1.224		R\$ 10,52	R\$ 12.876,48
5	COPO DESCARTÁVEL 50ML: MATERIAL POLIPROPILENO - CAPACIDADE 50ML - APLICAÇÃO CAFÉ - ATÓXICO - BRANCO - NBR 14.865	PACOTE C/ 100	684		R\$ 6,74	R\$ 4.610,16
6	LIXEIRA 15L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	89		R\$ 85,88	R\$ 7.643,32
7	LIXEIRA 25L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	8		R\$ 140,66	R\$ 1.125,28
8	LIXEIRA 30L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	39		R\$ 164,06	R\$ 6.398,34
9	LIXEIRA 60L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	21		R\$ 202,29	R\$ 4.248,09
10	LIXEIRA 100L COM PEDAL E TAMPA: FABRICADA EM POLIETILENO (PEAD) OU POLIPROPILENO - DE QUALIDADE - PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV - RESISTENTE A IMPACTOS - ATÓXICA - BOA VEDAÇÃO QUANDO FECHADA - PRODUZIDA SOB AS NORMAS DA ABNT E ANVISA	UNID.	24		R\$ 455,90	R\$ 10.941,60
11	DISPENSER HIGIENIZADOR PARA SABONETE LÍQUIDO: MATERIAL PLÁSTICO ABS - CAPACIDADE 800ML - TIPO FIXAÇÃO PAREDE - COR BRANCA - APLICAÇÃO MÃOS - VISOR FRONTAL - PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	UNID.	75		R\$ 64,74	R\$ 4.855,50



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

12	SABONETE LÍQUIDO PARA DISPENSER: ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO CREMOSO PERFUMADO - PH NEUTRO - APLICAÇÃO ASSEPSIA DAS MÃOS - REFIL 800ML PARA DISPENSER - COMPOSIÇÃO GLICERINA - AROMA LAVANDA	BOLSA	1656		R\$ 32,07	R\$ 53.107,92
13	DISPENSER HIGIENIZADOR PARA ÁLCOOL GEL: MATERIAL PLÁSTICO ABS - CAPACIDADE 800ML - TIPO FIXAÇÃO PAREDE - COR BRANCA - APLICAÇÃO MÃOS - VISOR FRONTAL - PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO	UNID.	135		R\$ 64,74	R\$ 8.739,90
14	ÁLCOOL GEL PARA DISPENSER: ÁLCOOL ETÍLICO 70%: - GEL - HIDRATADO - REFIL 800ML PARA DISPENSER	BOLSA	2.376		R\$ 23,34	R\$ 55.455,84
15	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA: PARA PAPEL TOALHA 2 DOBRAS - 20 X 21CM - INTERFOLHADA	UNID.	81		R\$ 66,24	R\$ 5.365,44
16	TOALHA DE PAPEL PARA DISPENSER: 100% CELULOSE - TIPO FOLHA 2 DOBRAS - 20 X 21CM - INTERFOLHADA	PACOTE C/ 1000	1.596		R\$ 23,42	R\$ 37.378,32
17	BORRIFADOR DE ÁLCOOL: PULVERIZADOR/BORRIFADOR PLÁSTICO - TIPO SPRAY - BICO BORRIFADOR COM REGULAGEM - USO PROFISSIONAL OU DOMÉSTICO - 500ML	UNID.	106		R\$ 16,71	R\$ 1.771,26
18	DISPENSER COLETOR PARA COPO DESCARTÁVEL 200 ML: COLETOR LIXEIRA DE COPO DESCARTÁVEL - PVC - DISPENSER ÁGUA - 200ML	UNID.	34		R\$ 52,51	R\$ 1.785,34
19	DISPENSER COLETOR PARA COPO DESCARTÁVEL 50 ML: COLETOR LIXEIRA DE COPO DESCARTÁVEL - PVC - DISPENSER CAFÉ - 50ML	UNID.	27		R\$ 58,74	R\$ 1.585,98
20	DISPENSER PARA COPO 200 ML: DISPENSER POUPADOR DE COPOS - CAPACIDADE 100 COPOS - COM ALAVANCA QUE PERMITE A SAÍDA DE UM COPO POR VEZ	UNID.	37		R\$ 95,00	R\$ 3.515,00
21	DISPENSER PARA COPO 50 ML: DISPENSER POUPADOR DE COPOS - CAPACIDADE 100 COPOS - COM ALAVANCA QUE PERMITE A SAÍDA DE UM COPO POR VEZ	UNID.	30		R\$ 95,00	R\$ 2.850,00
22	BALDE DE PLÁSTICO: COM ALÇA, CESTO E MOLDURA - COPO TELESCÓPICO COM BASE, CABO INFERIOR E SUPERIOR - REFIL DE MICROFIBRA - CAPACIDADE EM USO 4L - TOTAL 8L	UNID.	26		R\$ 50,00	R\$ 1.300,00
						R\$ 289.278,45



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

ANEXO VII

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 17.691/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2022

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS OU SUPERVENIENTES**

A Firma/Empresa \_\_\_\_\_, sediada na rua \_\_\_\_\_ no \_\_\_\_\_ (cidade), \_\_\_\_\_ (estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica {C.N.P.J.) sob o nº \_\_\_\_\_ por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.), DECLARA, sob as penas da lei, a INEXISTÊNCIA de fatos supervenientes, que impossibilitem sua habilitação no Pregão Presencial nº 042/2022, pois que continuam satisfeitas as exigências previstas no art. 27 da Lei nº 8.666/93 e alterações .

Saquarema \*\* de \* \* \* \* 2022

\_\_\_\_\_  
Assinatura / Carimbo Representante Legal

**OBS.: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope habilitação, junto com os demais documentos.**





Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

ANEXO VIII

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 17.691/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2022

DECLARAÇÃO

***(nos termos da Lei Federal n° 9854/99)***

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo) representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica) interessada em participar no processo licitatório n° 17.691/2020, Pregão Presencial n° 042/2022, **declaro, sob as penas da Lei, que, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 que a referida empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.**

Saquarema, \* \* de \*\*\* \* \* \* \* de 2022

Assinatura/Carimbo Representante Legal

**OBS.: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope habilitação, junto com os demais documentos.**



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

## ANEXO IX

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° \_\_\_\_\_

(LICITAÇÃO) N° \_\_\_\_\_

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 17.691/2020

**CONTRATO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA E PELA EMPRESA \_\_\_\_\_, QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE.**

**CONTRATANTE:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua Coronel Madureira, 77 - Centro, Saquarema - RJ, CEP 28990-756, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, Senhor (a) XXXXXXXXXXXX, brasileiro(a), portador (a) da carteira de identidade nº. XXXX, expedida pelo XXXX, e inscrito (a) no CPF sob o nº. XXXXX.,

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) n.º \_\_\_\_\_ localizada no (a) \_\_\_\_\_, representada pelo(a) \_\_\_\_\_ Sr(a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF (MF) n.º \_\_\_\_\_ de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por \_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento, devidamente autorizado pelo Processo Administrativo nº 17.691/2020, e em conformidade ao Pregão Presencial nº 042/2022, regido pela Lei nº 8.666/93, CONTRATANTE e a CONTRATADA acima identificados, e pelos seus representantes no final qualificados, tem justo e acordado, por si e eventuais sucessores, a execução, pela segunda, do objeto abaixo descrito, mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O objeto desse contrato é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE**. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto contratual, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, o Edital de Pregão Presencial nº 042/2022, e seus anexos, como se nele estivessem transcritos. Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e desta forma reger a execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de vigência deste contrato será de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses e o prazo para a entrega do objeto será de até \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), contados a partir da autorização para o início da entrega, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde ou pessoa por ela autorizada para este fim, sem qualquer interrupção, podendo ser alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificações do objeto do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - GARANTIA** – Os materiais deveram ter garantia técnica, incluindo reposição de componentes e peças defeituosas, de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ofertada pelo fabricante, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, contados a partir da data da entrega dos materiais e emissão dos respectivos documentos fiscais. Independente da garantia ofertada pelo fabricante, o fornecedor, na condição de contratado, deverá, nos primeiros 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, assegurar a



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação, competindo-lhe os custos e despesas pela substituição e efetiva entrega do bem em perfeitas condições de uso.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Pelo cumprimento do exposto na Cláusula Primeira o Contratante pagará à Contratada o valor de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para quantidade, totalidade e período, conforme especificado no anexo I (Termo de Referência).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO** – O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) devidamente atestado(s) por 02 (dois)

**CLÁUSULA QUARTA** - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:

a) Advertência:

b) Multa de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total do contrato (ou sobre o valor do empenho), no caso de o licitante não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratada promova sua reabilitação.

**CLÁUSULA QUINTA** - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as cominações daí advindas nos termos do Art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, além dos motivos previstos no Art. 78 do referido diploma legal.

**CLÁUSULA SEXTA** - É vedado à Contratada ceder, transferir ou subcontratar os serviços ou o contrato, de forma total ou parcial, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Em caso de cessão, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável com a cessionária ou sub CONTRATADA, tanto em relação à CONTRATANTE como perante terceiros pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA** - Qualquer cessão ou subcontratação sem a devida autorização da CONTRATANTE, será nula e sem qualquer efeito, além de constituir infração contratual passível das cominações legais e cabíveis.

**CLÁUSULA NONA** - A contratada reconhece o direito da administração de rescisão motivada por inexecução total ou parcial do contrato

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA é a única responsável perante terceiros, pelas consequências dos atos praticados pelo seu pessoal na execução dos serviços e uso dos materiais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Lei.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - São partes integrantes deste contrato, a proposta da contratada e seus anexos, sendo que a interpretação e a aplicação deste contrato serão dadas pela Legislação vigente, e especialmente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Aplica-se a este contrato a aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais legislações pertinentes.

**CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** - As despesas com o presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária PT \_\_\_\_\_, FICHA \_\_\_\_\_, ND \_\_\_\_\_ do orçamento vigente oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO** - A publicação resumida do presente instrumento será providenciada pela Contratante nos termos do artigo 26 c/c parágrafo único do artigo 61, ambos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO** - As partes elegem o foro da Cidade de Saquarema - RJ para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Saquarema, \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Secretário Municipal de** \_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**Representante:** \_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**ANEXO X**



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

**AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU FORNECIMENTOS**

PROCESSO Nº. 17.691/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 042/2022

CONTRATO Nº XXXX/XXXX

PRESTADOR DE SERVIÇOS E/OU FORNECEDOR:

ENDEREÇO:

CNPJ:

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

DATA DE INÍCIO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

PRAZO PARA EXECUÇÃO:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS A SER EXECUTADO:

SAQUAREMA, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(CONTRATANTE E OU FISCAL DO CONTRATO)

RECEBIDO PELA CONTRATADA EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(CONTRATADA)

OBS.: ESTE MODELO PODERÁ SER ADAPTADO PELA CONTRATANTA CONFORME A NECESSIDADE.



Processo nº: 17.691/2020

FLS: RUBRICA \_\_\_\_\_

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL**

À

Prefeitura Municipal de Saquarema – PMS  
Rua Coronel Madureira, 77, Sala 211 – Centro, Saquarema – RJ.  
Comissão de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico  
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº 042/2022.

Para efeito do Edital em referência, declaramos o seguinte:

1. Que o prazo de validade dos preços e condições da nossa proposta é de, no mínimo, 60 (Sessenta) dias corridos, após o encerramento do Certame.
2. Que aceitaremos todas as condições contidas neste Edital e seus anexos.
3. Que os produtos e/ou Serviços ofertados atendem satisfatoriamente ao fim a que se destina, com qualidade, originalidade, rendimento e segurança, sob pena da aplicação das Penalidades Legais.
4. Que os Preços ofertados já estão inclusos todos os impostos pertinentes.
5. Que o nosso CNPJ é \_\_\_\_\_, referente ao seguinte endereço: \_\_\_\_\_.
6. Que o nosso telefone é (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e mail \_\_\_\_\_.
7. Que os preços apresentados refletem os de mercado no momento;
  - a) compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, fretes, seguros, etc...;
  - b) são irrealizáveis durante a validade da proposta;
8. Declara ter ciência que uma vez apresentada a proposta de preços, não será admitida desistência da mesma, cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas;
9. Condições e prazo de garantia, conforme o disposto no Anexo I e da PROPOSTA DE PREÇOS Anexo V, deste Edital, salvo se a proposta contemplar condições e prazos mais vantajosos para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA;
10. Que os pagamentos serão creditados na conta- corrente abaixo discriminada:

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Empresa Assinatura do Representante Carimbo

**OBS.: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E COLOCADA NO ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇOS.**